

## VII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Tema Geral : Participação e Controle Social no SUAS.

### SUBTEMAS:

#### 1) Processo Histórico da Participação Popular no País (nossa cidade e territórios em movimento), Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social (A Diretriz Constitucional em Debate) e Conselhos de Assistência Social e o SUAS (Composição, Dinâmica, Caráter da Representação e Processo de Escolha).

Recuperação histórica do processo político dos movimentos sociais das classes populares, na luta pela afirmação de direitos sociais no Brasil. Análise do processo de transição democrática e do protagonismo dos segmentos comprometidos com as causas populares na luta pelo fim do regime militar. Recuperação crítica do cenário da Constituição de 1988 e a luta popular. Balanço histórico dos movimentos que defendem as causas populares na cidade e nos territórios onde vivemos. Balanço crítico dos desafios políticos para a organização popular e das perspectivas de fortalecimento dos movimentos sociais na atual conjuntura.

Reflexão sobre a contribuição do controle social exercido e que cobra participação ativa do Estado e dos segmentos organizados da sociedade civil nessa construção. Para isso, é importante debater o próprio conceito de controle social e o significado da sua incorporação pela Política de Assistência Social, que em sua história traz o marco do clientelismo, do assistencialismo e da falta de transparência pública nas suas práticas e deliberações. Debate sobre as dimensões política técnica, ética e pedagógica do controle social. Avaliação dos avanços e desafios a serem enfrentados para o aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo da política de assistência social.

Debate sobre o controle social exercido pelos conselhos de assistência social (nos três níveis de governo), no acompanhamento da qualidade dos programas, benefícios e serviços socioassistenciais e do atendimento dos usuários nos CRAS e CREAS. Relações dos conselhos de assistência social com o órgão gestor e com a rede socioassistencial. Formas de articulação dos conselhos com outros espaços de democratização da política de assistência social e das demais políticas sociais em especial da seguridade social. Avaliação do formato, composição e do "modelo" de representação dos conselhos de assistência social, em termos de: dinâmica, funcionamento, definição de agendas, debate eleitoral, critérios de eleição-indicação de conselheiros, representatividade da sociedade civil (nos três segmentos) e do governo. Destaque para avaliação da ocupação do espaço dos usuários nos Conselhos de Assistência Social, no que refere a auto-representação de suas organizações coletivas e da participação nas decisões. Avaliação das condições materiais e políticas dessas organizações para o exercício da representação dos usuários. Propostas para o fortalecimento dos conselhos e do controle social da política de assistência social.

***Resultados esperados: Sistematização do debate dos conteúdos da ementa e avaliação dos avanços e desafios a serem enfrentados para o aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo da política de assistência social na perspectiva do controle social. Sistematização do debate dos conteúdos da ementa e balanço crítico dos desafios políticos para a organização popular e das perspectivas de fortalecimento dos movimentos sociais na atual conjuntura. Sistematização do debate dos conteúdos da ementa e avaliação do formato, composição e do "modelo"***

*de representação dos conselhos de assistência social, em termos de: dinâmica, funcionamento, definição das agendas, debate eleitoral, critérios de eleição / indicação dos conselheiros, representatividade da sociedade civil (nos três segmentos) e do governo. Propostas para o fortalecimento dos conselhos e do controle social da política de assistência social.*

## ***2) Os Usuários e o seu Lugar Político no SUAS (Uma construção inadiável), e os Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários (Bases para uma Atuação Democrática e Participativa);***

Debate sobre quem é o usuário da política de assistência social hoje a partir da institucionalidade da política. Análise sobre o significado da expressão "protagonismo do usuário" no SUAS. Balanço crítico do estágio de superação de relações tuteladoras do usuário da assistência social, identificando fatores que impedem - dificultam o seu envolvimento como sujeito coletivo de direitos. Condições necessárias para avançar no processo de participação popular nos espaços públicos da cidade e em nível local. *Identificação e balanço do funcionamento dos novos espaços de participação dos usuários nas unidades de referência da política de assistência social - CRAS e CREAS. Avaliação das metas do Plano Decenal quanto ao acesso às seguranças e direitos socioassistenciais.*

Debate sobre o papel estratégico do trabalhador da assistência social como agente público viabilizador de direitos a população, também submetido ao controle social. Identificação dos obstáculos para a constituição das equipes profissionais e quadras técnicas comprometidos com a ampliação da participação dos usuários e com o protagonismo sócio-político da representação coletiva. Debate sobre as condições concretas para efetivação das diretrizes, compromissos e exigências definidas na NOB-RH, em termos de qualidade e quantidade dos recursos humanos, relatos e condições de trabalho condizente com a qualidade das atenções, estruturação e acompanhamento da rede socioassistencial, efetividade de programas, serviços e benefícios, garantia dos direitos socioassistenciais.

***Resultados esperados: Sistematização do debate dos conteúdos da ementa; identificação e balanço do funcionamento de novos espaços de participação dos usuários nas unidades de referência da política de assistência social – CRAS e CREAS, e avaliação das metas do Plano Decenal quanto ao acesso às seguranças e direitos socioassistenciais. Sistematização do debate dos conteúdos da ementa e propostas e alternativas para implementação da NOB-RH/SUAS.***

## ***3) Democratização da Gestão do SUAS (Participação e Articulação Intergovernamental), Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS (Controle Social, Participação Popular e Gestão Interna)***

Análise dos desafios da articulação intergovernamental na política de assistência social. Analisar a integração entre benefícios e serviços de proteção social básica e especial, no interior da política de assistência social e na articulação com as demais políticas públicas, no território, na construção da intersetorialidade. Avaliar como cada ente federado vem aderindo ao SUAS. Balanço crítico da circulação da informação sobre deliberações e pactuações no âmbito da gestão do SUAS. Formulação das estratégias para avançar na democratização da gestão do SUAS e da universalização dos acessos. Avaliação das metas do Plano Decenal.

A rede socioassistencial nos territórios e as bases para adesão ao vínculo SUAS: desafios da implantação de padrão de qualidade de serviços na perspectiva da participação e do controle social. Diálogo e articulações entre entidades de

assistência social e gestores públicos, nos três níveis de governo. Demarcação dos processos que impedem a participação dos usuários no interior das entidades de assistência social e a democratização da gestão interna. Avaliação das metas do Plano Decenal quanto as relações público-privado na implementação do SUAS.

***Resultados esperados: Sistematização do debate dos conteúdos da ementa e formulação das estratégias para avançar na democratização da gestão do SUAS e da universalização dos acessos. Avaliação das metas do Plano Decenal relativas a esse item. Sistematização do debate dos conteúdos da ementa e avaliação das metas do Plano Decenal quanto às relações público-privado na implementação do SUAS.***

#### ***4) Bases para Garantia do Financiamento da Assistência Social (A Justiça Tributária que queremos)***

Análise sobre a atual estrutura tributária e da proposta de reforma fiscal em curso. Conhecimento da lógica da política de financiamento público da assistência social. Apreciação do fluxo orçamentário da política pública de assistência social (Plano Pluri Anual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA). Análise dos pontos de estrangulamento do processo orçamentário da política de assistência social. Apresentação dos valores e percentuais que compõe o orçamento da política pública de assistência social. Apreciação das metas do Plano Decenal e dos itens defendidos no referido Plano para uma política fiscal que precisamos e queremos. Formulação das estratégias para avançar na política de financiamento da assistência social.

***Resultados esperados: Sistematização do debate dos conteúdos da ementa, apreciação das metas do Plano Decenal e dos itens defendidos no referido Plano para uma política fiscal adequada às necessidades da assistência social. Formulação das estratégias para avançar na política de financiamento da assistência social.***